



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 13217/16

Objeto: Pensão

Órgão/Entidade: PBPREV

Interessado (a): Gisleide Maria Cruz Pedrosa

Relator: Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo

EMENTA: PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – PENSÕES – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação dos atos e nos cálculos dos proventos – Preenchidos os requisitos constitucionais e legais para aprovação do feito. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 02132/18

Vistos, relatados e discutidos, os autos do Processo acima qualificado que trata do exame da legalidade do ato de concessão da PENSÃO VITALÍCIA concedida a Gisleide Maria Cruz Pedrosa, beneficiário (a) do (a) ex-servidor (a) Sr. (a) Josival Feliciano Pedrosa, cargo 2ª Sargento, matrícula 512.054-3, com lotação na Polícia Militar do Estado da Paraíba, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA DELIBERATIVA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em:

- 1) CONSIDERAR LEGAL e *CONCEDER REGISTRO* ao ato de pensão supramencionado.
- 2) *DETERMINAR* o arquivamento dos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 28 de agosto de 2018

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 13217/16

RELATÓRIO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): Cuida o presente processo do exame da legalidade do ato de concessão da PENSÃO VITALÍCIA concedida a Gisleide Maria Cruz Pedrosa, beneficiário (a) do (a) ex-servidor (a) Sr. (a) Josival Feliciano Pedrosa, cargo 2ª Sargento, matrícula 512.054-3, com lotação na Polícia Militar do Estado da Paraíba.

A Auditoria deste Tribunal, com base na documentação encartada aos autos, sugeriu notificação da Autoridade Responsável para encaminhar o ato de provimento do servidor para o cargo efetivo que deu fundamento à pensão.

Notificada a PBPREV apresentou defesa conforme DOC TC 44268/17.

Atendendo à notificação da Auditoria, o Instituto da PBPREV – Paraíba Previdência apresentou defesa (fls. 29/36), encartando o Ato de Provimento do Sr. Josival Feliciano Pedrosa para a Reserva Remunerada “a pedido”. Ocorre que, ao compulsar os presentes autos, esta Auditoria verificou que o benefício em questão foi concedido sob a fundamentação jurídica de óbito na inatividade. No entanto, o processo de aposentadoria do instituidor da presente pensão não foi localizado no TRAMITA, sendo necessário o envio do mesmo, para que se possa proceder à análise de legalidade de ambos os feitos.

Novamente notificada a PBPREV apresentou nova defesa DOC TC 40472/18, a qual foi analisada pela Auditoria que verificou que foi colecionado aos autos o processo de reforma que instituiu a transferência do servidor para Reserva Remunerada. Ante o exposto, concluiu que os atos de Transferência para a Reserva Remunerada e Pensão por morte revestem-se de legalidade, razão por que se sugere os **registros** dos atos concessórios, formalizados pelas Portarias: A – Nº 2527 (fls. 130) e P – Nº 098 (fl. 10).

Em face da conclusão a que chegou a Auditoria, o processo não tramitou pelo Ministério Público para a emissão de parecer escrito.

É o relatório.

VOTO

CONS. EM EXERC. OSCAR MAMEDE SANTIAGO MELO (Relator): A referida análise tem como fundamento o disciplinado no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado da Paraíba, e o estabelecido no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual n.º 18/1993, que atribuíram ao Tribunal de Contas do Estado a responsabilidade pela apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos concessivos de pensão.

Do exame realizado, conclui-se que o ato concessivo foi expedido por autoridade competente, em favor dos (a) dependentes legalmente habilitados (a) ao benefício, estando correta a sua fundamentação e o cálculo do pecúlio.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 13217/16

Ante o exposto, voto no sentido de que a 2ª CÂMARA DELIBERATIVA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA considere legais os atos de pensões, conceda-lhes o competente registro e determine o arquivamento dos autos.

É o voto.

João Pessoa, 28 de agosto 2018

Cons. em Exerc. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 30 de Agosto de 2018 às 15:42



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 30 de Agosto de 2018 às 15:25



Cons. Subst. Oscar Mamede Santiago Melo
RELATOR

Assinado 3 de Setembro de 2018 às 13:55



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO